



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 2120-9200
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2023

INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E/OU CREDITÍCIAS APTAS A FORNECEREM EMPRÉSTIMO FINANCEIRO DO PROGRAMA INCENTIVAR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ E COOPERATIVA DE CRÉDITO, POPANÇA E INVESTIMENTO UNIÃO – SICREDI UNIÃO RE/ES.

O **MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ, RS**, com sede na Avenida Humaitá, 672, centro, Porto Vera Cruz, RS, CNPJ 91.105.452/0001-93, representado pela seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ ANDRADE DE MATOS, CPF 450.521.230-00, residente nesta cidade de Porto Vera Cruz – RS, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a **Cooperativa de Crédito, Popança e Investimento União – Sicredi União RE/ES**, inscrita no CNPJ sob o nº 88.894.548/0001-73, representada neste ato por sua Gerente de Agência, Sr.^a LILIAN CRISTINA PERIUS, CPF 008.103.830-55, RG 3054532415, por meio de procuração, doravante denominada **CREDENCIADA**, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.727/2021 e Decreto nº 2.452/2022, com as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/1993 e com o instrumento convocatório do Chamamento Público nº 01/2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Chamamento Público, constitui no **cadastro da instituição financeira acima**, para oferecer e conceder crédito para beneficiários do Programa Incentivar instituído pela Lei Municipal nº 1.727/2021 e Decreto nº 2.452/2022 e alterações, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado, desde que mantidas as condições de habilitação, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso 11, da Lei Federal nº 8.666/93.

A contar da assinatura do contrato de credenciamento, oferta de crédito poderá iniciar imediatamente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES PARA OFERECIMENTO E CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO

3.1. A credenciada poderá oferecer e conceder empréstimo nos termos do Programa Incentivar, que busca ofertar programa de linha de crédito subsidiado pelo município, aos empreendedores que desenvolvem atividades econômicas no município de Porto Vera Cruz - RS.

3.1.1. No Programa Incentivar parte dos juros dos empréstimos são subsidiados, percentual em conformidade com o Decreto Municipal nº 2.452/2022 e suas alterações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 2120-9200
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

3.1.2. São beneficiárias do Programa *Incentivar* as pessoas naturais e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas urbanas e rurais, apresentadas de forma individual ou coletiva.

3.1.2.1. São consideradas pessoas naturais aquelas que não possuem quaisquer espécies de vínculo empregatício ou de trabalho formal, excetuados os profissionais autônomos devidamente cadastradas perante o órgão competente do Município de Porto Vera Cruz;

3.1.2.2. Pessoas jurídicas àquelas que estiverem enquadradas como Microempresa (ME) e Microempreendedor Individual (MEI) e/ou em regimes tributários equivalentes em termos de porte ou faturamento anual, nos termos da legislação em vigor.

3.1.3. Será considerado pessoa jurídica para fins deste e do Programa *Incentivar* as pessoas físicas que possuam inscrição como empresário.

3.1.4. O Programa *Incentivar* poderá também atender às pessoas naturais beneficiárias de programas sociais desenvolvidos por órgãos governamentais, com prioridade para aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social.

3.2. O valor máximo de empréstimo para participar do programa não poderá ser superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a pessoas naturais e a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para pessoas jurídicas

3.3. A Credenciada deverá disponibilizar recursos financeiros próprios que serão ofertados no programa: valor máximo conforme disposto no item anterior; taxa de juros não superior a 0,50% ao mês mais o indexador CDI; prazo de amortização de até 36 (trinta e seis) meses; carência de até 60 (sessenta) dias; vencimento parcela do financiamento no dia 05 (cinco) de cada mês, conforme Decreto Municipal 2.452/2022, e alterações e Lei Municipal 1.727/2021.

3.3.1. Poderão ser alteradas as taxas de juros, conforme o andamento da economia do país, após a revisão do Decreto nº 2.452/2022 que fixa as taxas.

3.4. Procedimento:

3.4.1. O interessado obterá documento da credenciada ao qual comprova a aprovação do crédito nos termos fixados pelo Programa *Incentivar*;

3.4.2. O interessado deverá protocolar junto ao Município o seu pedido de benefício do Programa *Incentivar* com a documentação prevista e comprovação de aprovação de crédito;

3.4.3. A Credenciante analisará o pedido e em caso de indeferimento, em grau de recurso, a análise será feita pela Secretaria de Administração do Município.

3.4.4. Aprovado o pedido, será emitida pelo Credenciante uma autorização de aptidão ao(s) beneficiário(s), a qual será encaminhada para a instituição financeira e/ou creditícia credenciada para que essa proceda na formalização do financiamento.

3.5. Fica a critério da credenciada realizar a análise de crédito do tomador e exigir as devidas garantias necessárias para efetivar a operação.

3.6. A Credenciada deverá mensalmente no dia 10 de cada mês, encaminhar relatório dos beneficiados, juntamente com os valores referente ao juro subsidiado pelo Município. Deverá ser informada a situação dos empreendedores, se estão em dia com as obrigações ou não. Em caso de atraso, a quantidade de prestações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 2120-9200
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

3.7. O município não assume responsabilidade sobre a eventual inadimplência dos empreendedores, ao qual será considerada quando ocorrer a rescisão antecipada do contrato, oportunidade em que o empreendedor assumirá todas as despesas, não cabendo ao município, qualquer subsídio no caso.

3.8. A credenciada poderá disponibilizar pessoal e equipamento para operacionalizar o serviço e realizar o melhor atendimento dos empreendedores junto a repartição pública Municipal.

3.9. A credenciada deverá manter atualizados, durante a vigência do contrato, telefone, endereço eletrônico (e-mail), e endereço, devendo comunicar qualquer alteração de dados.

CLÁUSULA QUARTA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes deste credenciamento correrão a cargo dos créditos abertos através das seguintes dotações orçamentárias:

99 Operações Especiais

476 0007 Programa Incentivar

0500 3390 45 00 00 000 Subvenções Econômicas

CLÁUSULA QUINTA - DOS JUROS SUBSIDIADOS - DO PAGAMENTO DOS JUROS A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E/OU CREDITÍCIA CREDENCIADA

5.1. O Município pagará o valor que exceder ao indexador CDI, fixado no contrato de financiamento, limitado a taxa de 0,5% (zero vírgula cinquenta por cento) mensal dos juros do financiamento.

5.1.1. O pagamento dos valores da municipalidade será depositado até o 7º dia útil, após o recebimento por parte da credenciada, do relatório contendo o montante de serviços operados, referido no *caput* deste item.

5.1.2. O município efetuará o pagamento diretamente a instituição credenciada, do valor corresponde a sua quota, através de conta corrente a ser informada.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE fiscalizará, como melhor lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato e fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato, notificando a CREDENCIADA a respeito.

A fiscalização dos serviços decorrentes deste termo, que ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração, e sob responsabilidade da servidora Jandaíra Anhaia Rigo, designada pela portaria nº 7.954/2023.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 2120-9200
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUSPENSÃO E DESCRENCIAMENTO

7.1. A CREDENCIADA que não atender as normas vigentes e as obrigações estabelecidas no edital e termo de credenciamento, poderá ter suspenso o seu credenciamento pelo setor competente do município, imediatamente no momento de identificação da irregularidade.

7.2. Após a suspensão, A CREDENCIADA terá um prazo de 30 dias, contados da notificação, para regularizar a situação junto ao setor competente do município, caso não regularize a situação dentro deste prazo, a mesma será descredenciada do sistema.

7.3. Em caso de descredenciamento não haverá qualquer direito à indenização, compensação ou reembolso a Credenciada.

7.4. O descredenciamento, por culpa da CREDENCIADA, poderá ensejar a caracterização de rescisão contratual com aplicação das penalidades dispostas na cláusula seguinte.

7.5. A suspensão ou descredenciamento não afetará o pagamento dos valores referente ao subsídio, juros pagos pelo CREDENCIANTE quanto aos empréstimos subsidiados aprovados e já concedidos pela CREDENCIADA, exceto se esse for o motivo da suspensão ou descredenciamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Poderá ser rescindido por denúncia de qualquer das partes deste contrato, devendo a outra parte deverá ser comunicada com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, mantidas as obrigações contratuais das partes relacionadas ao objeto não concluídas.

8.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.3. A rescisão do contrato antes de seu termo final por culpa da CREDENCIADA poderá resultar na aplicação de suspensão do direito de licitar e contratar com o CREDENCIANTE pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da responsabilização pelos danos causados diretamente ao CREDENCIANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, a qual não será excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria competente.

8.4. O CREDENCIANTE poderá, a todo e qualquer tempo, sem caráter de penalidade e independentemente de interpelação judicial, mas assegurada a defesa prévia e o contraditório, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou por interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 2120-9200
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

8.5. O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido por quaisquer dos outros motivos previstos no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.6. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.7. Em qualquer caso de rescisão deverá ser observado o parágrafo único do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.

8.8. A rescisão não afetará o pagamento dos valores referente ao subsídio, juros pagos pelo CREDENCIANTE quanto aos empréstimos subsidiados aprovados e já concedidos pela CREDENCIADA, exceto se esse for o motivo da rescisão.

8.9. O contrato poderá ser alterado de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, mediante termo aditivo a ser firmado entre as partes.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O presente contrato rege-se, ainda, pelo instrumento convocatório do Chamamento Público n.º 01/2023, pela Lei Federal n.º 8.666/93, em todos os seus termos, as quais serão aplicadas, também, nos casos onde o contrato for omissivo.

9.2. A CREDENCIADA reconhece as prerrogativas asseguradas ao CREDENCIANTE pelo artigo 58 da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como os direitos do mesmo no caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 e seguintes do referido diploma legal.

9.3. O presente instrumento não gerará direitos nem obrigações trabalhistas, fiscais ou previdenciárias, assumindo a Credenciada total responsabilidade por sua execução, desobrigando credenciante.

9.4. Será de exclusiva responsabilidade da CREDENCIADA o ressarcimento de danos causados ao CREDENCIANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização pela Secretaria interessada.

9.5. No caso de demanda judicial decorrente da execução deste contrato e que envolva interesse de qualquer dos partícipes, as demais partes deverão fornecer, em prazo hábil para defesa em juízo, todas as informações e documentos necessários para atuação judicial, bem como deverão participar ativamente do processo judicial, praticando todos os atos que lhes couberem, sob pena de inexecução contratual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ
Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 2120-9200
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Para dirimir as questões oriundas do presente contrato ou de sua execução, as partes elegem, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de Santo Cristo, RS.

E, por estarem justas e acertadas, assinam este contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Porto Vera Cruz, RS, em 26 de setembro de 2023.

José Andrade de Matos
Prefeito

LILIAN CRISTINA PERIUS
Cooperativa de Crédito, Popença e Investimento União – Si-
credi União RE/ES
CREDENCIADA

O presente termo está de acordo com a Lei 8.666/93, e alterações. Este é o Parecer
Em...../...../.....

Jair Darlei Benke
Assessor Jurídico – OAB / RS n.º 50.295

TESTEMUNHAS:

Nome: CPF:

Nome: CPF: